

**Exmo. Presidente da Comissão  
Parlamentar de Saúde,  
Dr. António Alberto Maló de Abreu,**

Lisboa, 21 de abril de 2023

**Assunto:** Requerimento para audição com caráter de urgência ao Presidente do Conselho de Administração da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), Dr. António José da Silva Pimenta Marinho

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Saúde,

O CHEGA vem requerer a V/ Exa., **a marcação de uma audição com caráter de urgência**, nos termos da alínea d), do n.º 1 do artigo 103.º e 104.º do Regimento da Assembleia da República, sobre a decisão da Entidade Reguladora da Saúde em deixar de avaliar as unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

A este respeito e para fundamentar a urgência no agendamento desta audição refira-se que no dia de hoje, 21 de abril, vários órgãos da comunicação social noticiam que a Entidade Reguladora da Saúde decidiu deixar proceder à avaliação dos Hospitais Públicos e dos Hospitais com “Parcerias Público-Privadas” (PPP)<sup>1</sup>.

Sendo uma atribuição estatutária da ERS, a *“promoção de um sistema de âmbito nacional de classificação dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde quanto à sua qualidade global, de acordo com critérios objetivos e verificáveis, incluindo os índices de satisfação dos utentes”*, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS) para dar cumprimento a esta obrigação, que funcionou desde 2009 até 2021.

---

<sup>1</sup> [“Crime político.” Hospitais públicos deixaram de ser avaliados por decisão da Entidade Reguladora da Saúde – Observador](#)

Durante este período, avaliou centenas de hospitais do SNS e os seus resultados eram tornados públicos através relatório bianual<sup>2</sup>.

De acordo com o noticiado<sup>3</sup>, *“o antigo presidente da ERS está convencido de que a extinção do sistema de avaliação “teve uma razão política, porque mostrava que os hospitais públicos com gestão privada ficavam sempre no topo, com qualidade máxima, e começaram a piorar com o fim da PPP e a confusão que se instalou”.*

O partido CHEGA entende que o acesso à informação é um direito dos cidadãos, ainda mais quando respeita aos cuidados de saúde nas suas diversas valências e dimensões de qualidade. Consequentemente, os relatórios de auditorias possibilitam a deteção das áreas críticas dos serviços, permitem corrigir situações menos favoráveis e adotar medidas de atuação prioritária que conduzam a melhores práticas clínicas, de segurança, de conforto, organização e à tão desejável melhoria global do SNS e satisfação dos cidadãos.

É neste contexto que o Grupo Parlamentar do CHEGA vem solicitar a V/ Exa. que tome as diligências necessárias à **audição ao Presidente do Conselho de Administração da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), Dr. António José da Silva Pimenta Marinho** com caráter de urgência, na Comissão de Saúde.

Palácio de S. Bento, 21 de abril de 2023,

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Pedro Frazão

---

<sup>2</sup> [SINAS | Sistema Nacional de Avaliação em Saúde \(ers.pt\)](https://www.ers.pt)

<sup>3</sup> [Semanário | Hospitais públicos deixaram de ser avaliados \(expresso.pt\)](https://www.expresso.pt)